

HABEAS CORPUS Nº 531.823 - SP (2019/0266675-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : GILMAR JOSE MATHIAS DO PRADO
ADVOGADO : GILMAR JOSE MATHIAS DO PRADO - SP152894
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO BERTONCELLO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA N.º 52/STJ. TESE DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. WRIT PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de FERNANDO BERTONCELLO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no *Habeas Corpus* n.º 2122510-20.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 04/01/2018, pela suposta prática do crime de roubo previsto no art. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal, na forma do art. 69 desse diploma legal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Sob a alegação de excesso de prazo na formação culpa, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, o qual foi denegado pela Corte estadual (fls. 64-70).

No presente *writ*, a Defesa reitera a alegação de excesso de prazo, ao argumento de que "*o paciente se encontra detido desde o dia 04 de janeiro de 2018, ou seja, há 01 ano e oito meses. Há 20 meses aguarda uma decisão do Estado quanto a sua culpa ou não*" (fl. 7). Alega que em duas oportunidades o exame de insanidade mental não foi realizado, pois a Secretaria de Administração Penitenciária não teria apresentado o Paciente ao perito designado.

Pugna pela imediata soltura do Paciente. Subsidiariamente, "*requer seja deferida a desistência do incidente de sanidade mental requerido há quase um ano e não efetivado até esta data*" (fl. 11).

As informações foram prestadas às fls. 75-79.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 81-83).

É o relatório. Decido.

Em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifiquei que, em 21/11/2019, o Juízo de primeiro grau, nos autos do Processo-crime n.º 0013152-93.2018.8.26.0161, determinou a intimação das partes para a apresentação de memoriais finais.

Assim, com o encerramento da instrução criminal, fica prejudicada a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, consoante a inteligência da Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça (*"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"*).

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora